

Comissão começa a votar Orçamento

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização deve iniciar hoje a discussão e votação dos relatórios setoriais ao projeto de lei orçamentária para 2000.

PÁGINA 3

Senadores querem rever papel do BNDES

Durante debate em plenário, seis parlamentares defenderam a garantia de financiamentos a regiões menos desenvolvidas e a micro e pequenas empresas



Jefferson: empréstimos a estrangeiros para a compra de estatais não faz sentido

Seis senadores defenderam ontem, em plenário, a adoção pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de uma política que garanta recursos para as regiões menos desenvolvidas e para as micro e pequenas empresas. Ao abrir o debate sobre o tema, o senador Jefferson Péres disse que não faz sentido o financiamento, pelo BNDES, da compra de empresas estatais brasileiras por grupos estran-

geiros. Ele anunciou ter apresentado projeto que destina um percentual dos recursos do banco ao Norte e ao Nordeste. Em seguida, os senadores Mozarildo Cavalcanti, Heloísa Helena, Ademir Andrade, José Alencar e Arlindo Porto propuseram que o Senado tome a iniciativa de cobrar a redefinição do papel da instituição, a fim de que ela possa cumprir a sua função de gerar empregos para a sociedade brasileira.

PÁGINA 8

Quem faltar a sessões deve ter o salário cortado, afirma ACM

O presidente do Congresso e do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem o corte na remuneração dos parlamentares que não comparecerem a sessões marcadas para o período de convo-

cação extraordinária.

Ele lamentou a falta de *quorum* para a Câmara realizar sessão na última sexta-feira. No Senado, acrescentou, jamais faltou número legal para a Casa se reunir e deliberar.

PÁGINA 5



Antonio Carlos admitiu que a falta de *quorum* "realmente prejudica" a imagem do Legislativo



O Senado passa a oferecer novas atrações aos seus visitantes, a partir deste mês. A exposição permanente da Casa (*foto*), localizada no corredor que liga o Congresso aos anexos do Senado, por baixo do Eixo Monumen-

tal – o chamado Túnel do Tempo –, ganhou novos painéis, bustos de personalidades da época do império e uma sala de vídeo. Todas essas novidades passam a integrar o roteiro do programa "Visite o Senado".

PÁGINA 5

Mudança no Código Florestal só será votada em fevereiro

Senador Jonas Pinheiro, presidente da comissão que analisa MP reeditada 43 vezes, diz que assunto não será apreciado na convocação

Em função da existência de pontos divergentes e de novas sugestões que precisam ser bem analisadas, a comissão mista destinada a analisar a medida provisória que altera o Código Florestal decidiu que a matéria será objeto de negociações quando da retomada dos trabalhos legislativos normais, em fevereiro. Esse esclarecimento foi prestado ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente da comissão.

Jonas observou que a MP já se encontra na 44ª edição e que, desde o início de sua vigência, têm sido mantidos entendimentos com o governo que viabilizaram diversas alterações em relação ao texto original, as quais foram expressas nas reedições da medida provisória.

Segundo o senador, o relator da matéria na comissão, deputado Moacir Micheletto, realizou diversas audiências públicas em Brasília e nas diferentes regiões, ouvindo especialistas de renome nacional e internacional, e manteve con-

versações com áreas governamentais e entidades não oficiais. Como resultado, apresentou um projeto de conversão que, segundo o senador, "introduziu um conjunto de melhorias e aperfeiçoamentos que enriquecem a legislação e viabilizam mecanismos que permitem melhor controle e manejo ambiental".

— Gostaria de prestar essas informações a esta Casa até porque percebemos que a matéria foi objeto de análises e comentários muitas vezes superficiais e equivocados, inclusive com ampla divulgação na mídia, levando o debate para um clima passional e, portanto, desvirtuado — enfatizou Jonas Pinheiro.



Jonas afirma que trabalho da comissão é tornar clara área a ser preservada

Jonas explica projeto na TV

A proposta de alteração do Código Florestal é o tema da entrevista de Jonas Pinheiro que a TV Senado exibe hoje, às 7h30, 12h30 e 20h30. Presidente da comissão mista que estuda a matéria, Jonas disse que atualmente é obrigatória a preservação de 50% da cobertura florestal de toda a região amazônica e 20% do norte de Mato Grosso. A medida provisória propõe a ampliação desses percentuais de preservação florestal. Os ambientalistas dizem

que os membros da comissão tentaram diminuir a área de reserva florestal no Brasil. O trabalho da comissão, conforme o senador, é tornar mais clara, para efeito de fiscalização, a área que deve ser preservada, de modo a não trazer mais prejuízos aos agricultores, e ao mesmo tempo manter a riqueza florestal da região.

Senado aprova pesar por monsenhor

O Senado aprovou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do monsenhor Expedito Medeiros, da paróquia de São Paulo do Potengi, próxima a Natal (RN), ocorrido no domingo passado. Segundo as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e à paróquia.

Ao encaminhar a votação, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) lembrou

a luta de monsenhor Expedito para obter água para a região de sua paróquia, trabalho que lhe valeu o apelido carinhoso de "Monsenhor das Águas".

— Além de sacerdote, foi um lutador pela população pobre e conseguiu mudar a opinião de autoridades que não queriam implementar um projeto para garantir o abastecimento de água da paróquia e áreas vizinhas — afirmou Agnelo.

Lobão faz defesa do ministro Sarney Filho

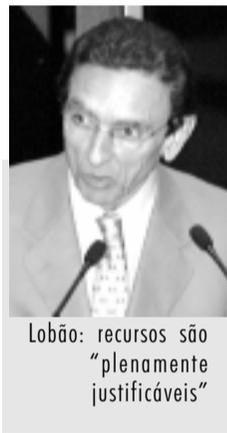
O senador Edison Lobão (PFL-MA) ocupou a tribuna ontem para divergir do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* "criticando injustamente o ministro Sarney Filho por ter destinado

ao Maranhão, através de uma das suas cinco secretarias, R\$ 11 milhões para o governo estadual e R\$ 4,7 milhões para prefeituras maranhenses, verbas previstas no Orçamento".

Segundo o senador, se o editorialista se desse ao trabalho de analisar a destinação de verbas das cinco secretarias do Ministério do Meio Ambiente, ao invés de concentrar-se apenas na Secretaria de Recursos Hídricos, "teria constatado que Sarney Filho, como sempre o fez, atuou sem bairrismos, discriminações ou privilégios".

O volume de recursos a que se refere o editorial, afirmou Lobão, é plenamente justificado, dado que o valor aplicado pelo ministério é insignificante diante dos graves problemas ambientais enfrentados pelo Maranhão.

Lobão também elogiou o dinamismo de Sarney Filho, que, afirmou, administra recursos importantes, mas insuficientes para garantir a preservação e recuperação da degradação ambiental, como a que atinge o rio São Francisco e, no Maranhão, o rio Itapecuru. Ambos, conforme disse, tiveram seu volume reduzido pela extinção das matas ciliares nos mananciais.



Lobão: recursos são "plenamente justificáveis"



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h — Recebe Missão do Diálogo Interamericano

12h — Recebe Ricardo Teixeira, presidente da CBF, acompanhado de grupo de inspeção da Fifa

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Primeira parte: encontro com congressistas norte-americanos contando com a presença do senador Bob Graham (Partido Democrata — Flórida), Bill Graham (Partido Liberal canadense e presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento canadense), Peter Hakim, presidente do Diálogo Interamericano e do enviado especial da Casa Branca para as Américas, Kenneth Mackay.

Segunda parte: *Requerimento nº 02/2000, de autoria do senador Ney Suassuna, convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan; o presidente do Banco Central, Arminio Fraga Neto, e o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, para prestarem esclarecimento sobre os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária de Pernambuco, decorrente da emissão de Letras Financeiras do estado, destinada a pagamentos de precatórios judiciais; *Mensagem nº 003/2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5,05 milhões de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Construção e Desenvolvimento (Bird), destinada a financiamento parcial do Projeto de Assistência Técnica para Reforma da Previdência Social; *Mensagem nº 228/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 43,4 milhões, entre a Centrais Elétricas S. A. Eletrobrás e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento do Projeto de Conservação de Energia (Pracel); *Mensagem nº 04/2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 11 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal, cuja execução compete à Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente; e *Mensagem nº 05/2000, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 15 milhões, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do segundo projeto relativo ao Programa Nacional do Meio ambiente (PNMA II). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais do Orçamento para 2000 (PL nº 20/99- CN).

Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Requerimento nº 376/99, requer o voto de apoio do Senado ao governo brasileiro e ao Mercosul, pelo firme posicionamento assumido em defesa das barreiras comerciais impostas pela União Européia aos produtos da região, especialmente os agrícolas, condição esta indispensável a uma maior aproximação entre os dois blocos; *PDL nº 5/99, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns; *PDL nº 15/99, que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais; *PDL nº 225/99, que aprova o texto do acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios; e *PDL nº 123/99, que aprova Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para fins específicos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15A/98, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição federal (gastos com legislativos municipais).

Quinta-feira

10h — Agenda em aberto

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — Comissão Mista para analisar a *MP nº 2.011-3, altera dispositivos da Lei nº 9.615/98, que institui a Taxa de Autorização do Bingo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães

Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

PEC das câmaras municipais tem quarto dia de discussão

O plenário do Senado realiza hoje, às 14h30, o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que estabelece limites para os gastos do orçamento municipal com o Poder Legislativo. A matéria, de autoria do ex-senador Esperidião Amin, foi alterada pela Câmara e agora retorna à apreciação dos senadores.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou parecer favorável, afirmando que o texto conserva o conteúdo do que foi aprovado anteriormente pelo Senado. Na semana passada, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Paulo Hartung (PPS-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP), ao discutirem a proposta, manifestaram-se pela aprovação da emenda com as alterações feitas pela Câmara dos Deputados. Eles argumentam que, se o Senado resolver restaurar o texto original, a votação será mais uma vez postergada, acarretando prejuízos

para a sociedade.

A PEC foi votada em 1998 no Senado e alterada na Câmara. O objetivo é estabelecer que o total da despesa do Poder Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita: 8% nas cidades de até 100 mil habitantes; 7% nas cidades de até 300 mil habitantes; 6% nas cidades de até 500 mil habitantes; e 5% nas cidades com população acima de 500 mil habitantes.

O texto também exige que o legislativo municipal não gaste mais de 70% de sua despesa com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores.

A proposta de emenda constitucional fixa como crimes de responsabilidade do prefeito efetuar repasse que supere os limites definidos na Constituição, não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês, ou enviá-lo em valor inferior à proporção fixada na lei orçamentária.

Rocha quer maior rigor contra os falsificadores

Com o propósito de punir mais rigorosamente a falsificação de dinheiro, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), apresentou projeto de lei incluindo esse delito no rol dos crimes hediondos, tipificados nos artigos 289 e 290 do Código Penal. Em defesa da iniciativa, o parlamentar disse que o legislador precisa oferecer essa proteção à sociedade, "de modo que pelo menos o temor da pena paralise o ânimo dos falsificadores".

Dizendo que esse crime atemoriza a população e desestabiliza as instituições financeiras, Sebastião Rocha reconheceu que falsificar dinheiro não é um delito novo, mas se disse preocupado com o fato de que, de janeiro a junho de 1999, o Banco Central apreendeu 108 mil cédulas falsas. Em sua opinião, a estabilidade do real pode ter estimulado os praticantes desse crime, pois antes, com a sucessão de planos econômicos, que mudavam com frequência a cédula, não era viável para os falsificadores imprimir dinheiro.

Ele informou que o BC tem tomado medidas para reduzir a atividade dos falsários, mas não tem conseguido reduzir o volume de dinheiro falsificado. Com base em



Sebastião Rocha pretende incluir falsificação de dinheiro entre os crimes considerados hediondos

dados de 1998, fornecidos pelo Departamento de Meio Circulante do BC, ele disse que as falsificações somaram R\$ 7,9 milhões, com 285.844 notas apreendidas. Em 1996, entretanto, o valor era de R\$ 8,9 milhões, para um total de 139.905 falsificações, disse ele.

"As quadrilhas abusam da audácia, pois tem sido encontrado dinheiro falso até nos caixas eletrônicos", afirmou o senador. Conforme Sebastião Rocha, os falsários estão aperfeiçoando suas técnicas, devido ao surgimento, nessa década, de novos métodos de impressão, fazendo com que o trabalho de falsificação fique cada vez mais fácil e seu custo cada vez menor.

Comissão de Orçamento inicia votação de relatórios

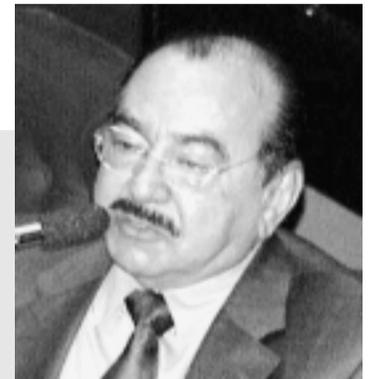
Senadores e deputados também deverão se reunir hoje, amanhã e quinta-feira para analisar proposta orçamentária para o ano 2000

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), realiza hoje a sua primeira reunião do período de convocação extraordinária do Congresso, a partir das 15h. A comissão deverá discutir e votar relatórios setoriais do Orçamento para o ano 2000.

Os relatórios estão organizados nos seguintes temas: Poderes do Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda e Desenvolvimento; Agricultura e Política

Fundiária; Infra-estrutura; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Saúde; Previdência e Assistência Social; Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo; e Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

A previsão é de que a comissão também deverá realizar reuniões amanhã e quinta-feira, sempre às 10h. As reuniões da Comissão de Orçamento são realizadas no Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, na Câmara dos Deputados.



Senador Gilberto Mestrinho, presidente da comissão, marcou três reuniões para esta semana

CRE analisa apoio ao Mercosul contra barreiras comerciais dos europeus

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar, entre outros itens, requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que pede um voto oficial de apoio ao governo brasileiro e ao Mercosul, pelo posicionamento assumido em defesa da redução de barreiras comerciais impostas pela União Europeia aos produtos da região, em especial os agrícolas. A matéria considera a redução das barreiras condição indispensável para uma maior aproximação entre os dois



Arruda: apoio ao governo e ao Mercosul na luta contra o protecionismo da União Europeia

blocos econômicos.

Também constam da pauta de deliberação da CRE o texto da Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York, em 1979; o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinado entre Brasil e Argentina; a implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o Acordo sobre Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos.

CAE pode convocar Malan e Fraga para explicarem precatórios de PE

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) vota, hoje, às 10h, requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que convida o ministro da Fazenda, Pedro Malan, a prestar esclarecimentos sobre a renegociação da dívida do estado de Pernambuco. Ney Suassuna solicitou também a presença do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e do secretário do Tesouro, Fábio Barbosa.

Ney Suassuna, que é presidente da CAE, deseja que eles esclareçam os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária de Pernambuco, que permitiu uma solução para os títulos emitidos pelo estado para o pagamento de precatórios.

Na mesma reunião, a comissão examinará pedido de autorização para o país contrair um empréstimo de US\$ 5,05 milhões junto ao Banco Mundial, destinado ao finan-



Suassuna quer esclarecer os critérios usados na renegociação da dívida de Pernambuco

ciamento do projeto de assistência técnica para a reforma da Previdência Social. Os senadores examinam também pedido de empréstimo no valor de US\$ 15 milhões para financiar, parcialmente, o segundo projeto relativo ao Programa Nacional de Meio Ambiente.

A CAE decide ainda sobre o empréstimo de US\$ 43,4 milhões que a Eletrobrás quer contrair junto ao Banco Mundial para financiar o Projeto de Conservação de Energia (Procel) e outro empréstimo, no valor de US\$ 11 milhões, que o Brasil deseja obter do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) para financiar o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal.

Viana critica regras para a casa própria

Segundo o senador, os mutuários da Caixa Econômica Federal estão submetidos a normas que desrespeitam os direitos dos consumidores e, por isso, devem ser contestadas judicialmente

O senador Tião Viana (PT-AC) disse ontem, em pronunciamento feito no plenário, que as regras impostas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para os financiamentos habitacionais concedidos pela Caixa Econômica Federal ferem os direitos do consumidor. O senador aconselha os mutuários da Caixa a ingressarem na Justiça em busca de seus direitos.

O discurso do senador foi motivado por carta de um mutuário que, em 1968, comprou um apartamento cujo financiamento da CEF deveria ser pago ao longo de 30 anos, equivalentes a 360 prestações mensais. Paga a última prestação em novembro do ano passado, ele foi notificado pela CEF de que deveria refinarçar o saldo devedor e pagar mais 180 prestações, equi-

valentes a mais 15 anos, dado que seu contrato não possuía cláusula de opção pelo Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS).

Conforme o senador, o mutuário que assina contrato com a CEF submete-se a regras determinadas pelo CMN de maneira unilateral e preestabelecida. "O mutuário é limitado a aceitar as cláusulas em bloco, previamente ela-

boradas", de modo que, se o contrato não previa o FCVS, não havia a opção.

O caso, na opinião de Tião Viana, ilustra a violência das regras impostas pelo Conselho Monetário. Tais normas, enfatiza ele, devem ser legalmente questionadas. "Todos os cidadãos envolvidos nesse tipo de agressão devem entrar na Justiça e lutar por seus direitos", recomendou.



Tião Viana acusa o Conselho Monetário de fixar unilateralmente regras desfavoráveis aos mutuários

Tuma responsabiliza o prefeito Celso Pitta por inundações em São Paulo

Citando editoriais e reportagens da TV Record e de jornais paulistas, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) responsabilizou o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, pelas inundações que ocorreram na capital após as chuvas dos últimos dias. "A prefeitura não é responsável pela inclemência dos temporais que castigam minha cidade nesta época do



Tuma criticou o prefeito por não ter adotado medidas preventivas

ano, mas pode ser responsabilizada pela falta de providências para evitar inundações", afirmou o senador.

Romeu Tuma refutou declarações do prefeito e de seus assessores, em entrevistas à imprensa, de que o entupimento de bueiros e galerias de águas pluviais, e a obstrução de córregos recém-canalizados ocorrem porque a população larga o lixo nas ruas, sem as devidas precauções. Para Tuma, essa argumentação está sendo usada para "mascarar a inépcia da prefeitura na prevenção de enchentes periódicas, previsíveis e, portanto, evitáveis".

O senador lembrou que o setor de coleta e varrição de lixo "está sendo palco de um dos maiores escândalos já

acontecidos na administração municipal paulistana" e que denúncias de fraudes na atuação de empresas contratadas para esses serviços colocam sob suspeita concorrências públicas e motivam ações judiciais. Segundo o senador, as irregularidades, apenas em trabalhos não realizados, teriam consumido R\$ 717,2 milhões, o suficiente para construir 51.214 apartamentos populares dentro do Projeto Gincapura.

Tuma também informou que a prefeitura empenhou apenas 2% da verba disponível no orçamento municipal para obras contra enchente no córrego Ipiranga, que transbordou no dia 12, inundando as avenidas Ricardo Jafet e Abraão de Moraes, onde morreu Sônia Lima Caribé César, de 38 anos, grávida de cinco meses, dentro de seu carro submerso. Além disso, continuou, dos R\$ 12 milhões previstos para limpeza de bocas-de-lobo, apenas R\$ 5,4 milhões foram empenhados, e as licitações e os contratos de terceirização dos serviços de limpeza urbana apresentam diversos ilícitos que estão sendo investigados pelo Ministério Público.



TV discute riscos de surto de febre amarela urbana

A febre amarela é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 13h30 e às 21h30. O senador Tião Viana e o professor do Núcleo de Medicina Tropical da UnB, Cleudson Nery de Castro são os convidados do programa.

Cleudson Nery de Castro defende a vacinação contra a febre amarela em todo o Distrito Federal, afirmando que há o risco de um novo surto da doença. "Todas as condições estão criadas para que o Brasil volte a ter uma epidemia de febre amarela urbana", diz o médico.

O senador Tião Viana lembra que o único estado do país que vacinou mais de 90% da população no início de 99 foi o Acre. Ele lamenta o descaso com a saúde pública no Brasil, afirmando que a qualidade de vida do brasileiro piorou.

O programa divulga, também, dados do Departamento de Saúde Pública do Distrito Federal, segundo os quais mais de 300 mil pessoas já foram vacinadas contra a febre amarela em Brasília desde a morte do estudante Alleson da Costa Neres, de 20 anos, no início deste mês.

PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA			
Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000			
Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os legislativos municipais	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada na CCJ; deve ser votada, em primeiro turno, amanhã
PEC 67/99	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Relator apresentou substitutivo e foi concedida vista da matéria, que volta ao relator para reexame
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Edison Lobão (PFL-MA)	Aguarda parecer na CCJ
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais (TRFs)	Edison Lobão (PFL-MA)	Concedida vista ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
PEC 96/99	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aguarda na CCJ conclusão do parecer
PLS 614/99 (em conjunto com PLS 292/99 e 386/99)	Proíbe a venda de armas de fogo e munição; regulamenta transporte e porte de armas de fogo	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE; Renan Calheiros (PMDB-AL) na CCJ	Relator na CRE apresentou substitutivo
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Jefferson Péres (PDT-AM)	Aprovada terminativamente na CCJ e encaminhada ao plenário para leitura do parecer
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romero Jucá (PSDB-RR)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE; José Jorge (PFL-PE), na CCJ	Aguarda pareceres na CE, na CAE e na CCJ
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aprovado na CAE, aguarda votação em plenário. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) solicitou apreciação da matéria na CI
PLC 63/99	Dispõe sobre o regime de Previdência Complementar	Francelino Pereira (PFL-MG), aguarda nomeação de relator na CAS	Aguarda pareceres na CAS e CCJ. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou apreciação da matéria na CAE
PLC 1/2000	Dispõe sobre as relações entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	Ainda sem relator designado	Aguarda relator na CAS e CCJ
PRS 1/2000	Autoriza reescalonamento de créditos de US\$ 20,35 milhões junto à República de Zâmbia	José Eduardo Dutra (PT-SE)	PRS apresentado como conclusão de parecer na CAE

OBS: Além as matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

ACM defende corte de jetom de quem faltar a sessões

Observando que em nenhum momento da atual convocação faltou *quorum* ao Senado para se reunir e deliberar, Antonio Carlos Magalhães diz que deve ser cortado o pagamento dos deputados e senadores que não aparecerem para trabalhar

Ao abrir ontem os trabalhos da Ordem do Dia, o presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que há na Casa o número suficiente de senadores exigido para qualquer deliberação. Também informou que tem havido número legal em todos os dias que o Senado se reuniu durante esse período de convocação extraordinária.

Em conseqüência disso, acrescentou Antonio Carlos, qualquer matéria jornalística que diga o contrário não estará fazendo justiça com o trabalho que o Senado vem realizando durante a convocação.

FALTA DE SESSÃO

Pouco antes, na chegada ao Congresso Nacional, o presidente do Senado disse que o cancelamento da sessão da Câmara dos Deputados na última sexta-feira, por falta de *quorum*, "realmente prejudica" a imagem do Legislativo. Não tanto por trazer algum tipo de atraso na apreciação de matérias da pauta da convocação extraordinária, acrescentou, "mas porque a mídia está batendo muito nesta convocação".

Na avaliação de Antonio Carlos, o "cochilo" da base aliada não deverá



Antonio Carlos queixou-se da mídia, que, segundo ele, "está batendo muito nesta convocação"

trazer maiores problemas. Ele disse que o trabalho continua e que confia na apreciação dos projetos definidos como prioritários pelos parlamentares. O prejuízo maior, observou, está no fato de o episódio "realmente comprometer a imagem do Congresso".

Ele defendeu o corte do pagamento dos jetons dos parlamentares que faltarem às sessões. Antonio Carlos Magalhães reiterou, no entanto, que o problema de falta de comparecimento, que impediu a aprovação da Desvinculação dos Recursos Orçamentários da União (DRU) na Câmara, não está afetando a convocação extraordinária no Senado.

— Ninguém pode obrigar o comparecimento, mas o corte do jetom é uma obrigação, seja na Câmara, seja no Senado — afirmou.

Questionado sobre a ausência dos deputados federais na sessão de sexta-feira, ele respondeu: "Eu acho que isso é muito ruim, mas tenho certeza que o presidente Michel Temer tomará alguma providência nesse sentido".

Para o senador baiano, não se pode atribuir ao governo a culpa pela falta de mobilização.

— Não é o governo, é a base do governo. O governo não pode estar sabendo qual é o deputado que vem, nem o que não vem — concluiu.



Bustos de personalidades históricas e uma moderna sala de vídeo são algumas das novas atrações

Senado reformula exposição permanente

A partir deste mês, o Senado passa a oferecer novas atrações aos seus visitantes. A exposição permanente da Casa, localizada no corredor que liga o Congresso aos anexos do Senado, por baixo do Eixo Monumental (o chamado Túnel do Tempo), ganhou novos painéis, bustos de personalidades brasileiras da época do império e uma sala de vídeo. Todas essas novidades passam a integrar o roteiro do programa "Visite o Senado", promovido pela Subsecretaria de Relações Públicas, informou o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia.

A sala de vídeo, situada no *hall* dos elevadores, no Anexo II do Senado, também fará parte do roteiro de

visitação. A sala destina-se à projeção de vídeos institucionais e ao lançamento de novos produtos internos e externos, como programas produzidos pela TV Senado e livros. Nas paredes da sala, feitas por uma estrutura de material leve, estão imagens dos trabalhos da Casa, fotografadas e publicadas pelo *Jornal do Senado*.

— Fica reforçada a idéia de que o Senado caminha firmemente na direção de tornar cada vez mais transparente a sua história, exprimindo-se como uma das instituições mais sérias e conseqüentes, cada vez mais apta a servir e nortear os rumos do Brasil moderno — afirmou Agacieli Maia.

A exposição foi ampliada com no-

vos bustos em bronze de personagens imperiais, como a Princesa Isabel, D. Pedro II, Duque de Caxias e o Visconde do Rio Branco. O túnel ganhou também novos quadros abordando temas relevantes e atuais, como as últimas CPLs e as reformas constitucionais.

Os novos painéis, situados próximos ao Auditório Petrônio Portella, retratam as três sedes do Senado desde a independência: o Palácio Conde dos Arcos e o Palácio Monroe, no Rio, e o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília. Nessa área, também foram adicionadas fotos e informações sobre o Senado, que, junto ao mobiliário do "plenarinho", reúne dados históricos e arquitetônicos da Casa.

Marina cobra encaminhamento de propostas contra a pobreza

Ao comentar a pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, a senadora Marina Silva (PT-AC) destacou o que ela considerou uma falha grave: a não inclusão, junto com a proposta de emenda à Constituição que cria um Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, de duas outras proposições consideradas prioritárias pelos membros da comissão mista que discutiu formas de combater a pobreza.

As propostas de emenda constitucional (PECs) não incluídas são a que preserva o poder aquisitivo do salário mínimo e a que garante uma renda mínima a todo cidadão brasileiro, além de criar um orçamento social.

A senadora pelo Acre afirmou que tanto a criação do Fundo de Combate à Pobreza quanto as PECs não incluídas na convocação extraordinária receberam igual prioridade, de forma unânime, pelos 19 deputados e 19 senadores membros da comissão mista especial que discutiu a questão.

Ela disse esperar que a decisão de deixar as duas matérias fora da pauta não reflita uma predisposição do governo federal em dificultar a sua tramitação legislativa.

Na avaliação de Marina Silva, se a proposta de preservação do valor do

salário mínimo fosse aprovada, repercutiria significativamente na vida de milhões de brasileiros que ainda recebem apenas R\$ 136,00 por mês. Da mesma forma, ela disse que a renda mínima e o Orçamento Social seriam fundamentais no combate à pobreza como ferramenta de acompanhamento e avaliação dos gastos sociais.

Marina Silva lamentou que, ao comparar o gasto social federal com o gasto não financeiro, no período de 1992 a 1998, percebe-se que a partir do ano de 1995, quando este percentual estava na casa dos 60%, a tendência é de declínio.

Ela registrou que no final de 1998, o governo federal investiu na área social apenas 44% do que representaram seus gastos não financeiros.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) julgou ser completamente inadequado analisar apenas a PEC que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza, separada das duas outras propostas apresentadas pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza. O parlamentar por São Paulo defendeu que o Senado analisasse as propostas recomendadas pela comissão de forma integral e não apenas na parte em que, segundo ele, o governo, o PFL e o PSDB estariam de acordo.



Marina: contra exclusão de propostas da Comissão para a Erradicação da Pobreza

Hartung contesta declarações feitas por ministro da Defesa

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) distribuiu nota à imprensa contestando declarações do ministro da Defesa, Elcio Álvares, publicadas na edição desta semana da revista *Época*. Conforme o senador, o ministro afirma que Hartung participou de "armação" para prejudicá-lo politicamente nas eleições passadas.

Hartung disse que os ataques do ministro da Defesa são uma forma de justificar a derrota de Elcio na última eleição para o Senado. "Ele diz que recebi respaldo político do ministro José Serra à minha candidatura, mas posso afirmar que Serra não foi ao Espírito Santo fazer campanha, apenas deu uma declaração de apoio, uma vez que militávamos, na época, no mesmo parti-

do, do PSDB", acrescentou.

O senador pelo Espírito Santo lembrou que sua candidatura ao Senado obteve quase três vezes mais votos do que a do ministro. "Foi uma constatação de que o povo capixaba, bom conhecedor de sua realidade, optou por uma proposta modernizadora para o estado", diz a nota.

Hartung contestou, ainda, declarações do ministro sobre a quebra do sigilo bancário de sua assessora, pela CPI do Narcotráfico: "Ele afirma que isso somente aconteceu por conta de uma 'armação política de seus adversários no estado'. A declaração não tem qualquer cabimento, já que o presidente da CPI, Magno Malta é capixaba e seu aliado político".



Moreira Mendes contestou redução de comissões pagas aos agentes de viagem

Moreira Mendes protesta contra decisão de empresas aéreas

A decisão da American Airlines — que será seguida pela Varig a partir do próximo dia 21 — de alterar unilateralmente os contratos de agenciamento de passagens, reduzindo as comissões dos agentes de 9% para 6%, foi condenada ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele afirmou que a medida configura uma infração legal e, se mantida, implicará redução de 33% nas receitas das 2.800 agências de viagem e em desemprego.

Moreira encaminhará requerimento de informações ao Departamento de Aviação Civil (DAC), Infraero, Ministério da Previdência Social e Caixa Econômica Federal. O senador quer saber “se essas empresas estão cumprindo com suas obrigações sociais com a mesma presteza com que pretendem rever os seus contratos com os agentes de viagem”.

O senador informou que a diretoria da Federação Nacional do Turismo tinha reunião prevista para ontem, durante a qual se posicionaria sobre a proposta de todas as agências de viagem associadas boicotarem a venda de bilhetes da American Airlines, da Varig e de outras companhias aéreas que aderirem à redução das comissões de agenciamento. A Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav), por sua vez, já pediu a intervenção do DAC, acrescentou.

Quanto à alegação de que a redução das comissões responde à necessidade de diminuir custos, Moreira sugeriu que as duas empresas diminuam o *overprice* que pagam às grandes operadoras e cortem “as milhares de passagens que oferecem como cortesia a pessoas influentes, políticos e dirigentes de estatais que controlam o setor”.

Contrariamente às duas empresas, observou o senador, a Vasp aumentou para 13% o valor da comissão dos agentes de viagem.

Paulo Hartung apóia o desenvolvimento sustentado

Como condições para a retomada do crescimento, o senador cita a aprovação do Plano Plurianual e da Lei de Responsabilidade Fiscal

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que, para garantir o desenvolvimento sustentado do Brasil, o Congresso precisa votar com presteza quatro projetos que já estão em pauta nessa convocação extraordinária. São eles o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reforma tributária e a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

— São matérias estreitamente relacionadas às condições de funcionamento da economia e do Estado, particularmente associadas à problemática de financiamento, do investimento e da gestão. Elas garantem um crescimento contínuo, fugindo do caminho fácil de uma ‘bolha’ desenvolvimentista — explicou.

Para Hartung, não se pode mais adiar a execução de propostas capazes de melhorar as condições sociais do país, com ênfase em setores como habitação, saúde, educação e saneamento. “Nesse contexto, o PPA apresenta-se como um instrumento para a orientação das ações governamen-



Paulo Hartung ressaltou necessidade de votação da reforma tributária

tais em todos os níveis e para atrair a participação do capital privado em projetos de infra-estrutura econômica”, afirmou.

Em segundo lugar, Hartung resalta a necessidade de se aprovar a reforma tributária, para proporcionar ao governo condições de suprir as necessidades de financiamento público, sem onerar a produção, o emprego e as exportações. “Ela deve ser um instrumento para superar as contradições da guerra fiscal e impedir que a carga tributária recaia preponderantemente sobre os assalariados e a população de menor renda.”

Ademir Andrade apresenta projeto que estimula a pesquisa mineral

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) destina dinheiro a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico da área de exploração e beneficiamento de minerais. Ele propõe que 3% da compensação financeira que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) recebe das mineradoras sejam repassados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o qual beneficiará a pesquisa mineral.

A proposta muda um dos artigos da lei que trata da compensação financeira, de 3% sobre o faturamento líquido das mineradoras, destinada aos estados, aos municípios e ao DNPM. Do dinheiro da compensação, 65% vão para os municípios, 23% para os estados e 12% para o DNPM.

Da parte que lhe cabe, o departamento destina atualmente 2% para o Ibama e o projeto de Ademir Andrade quer aplicar outros 3% em pesquisas minerais, repas-



Ademir Andrade pretende aumentar os recursos destinados às regiões Norte e Nordeste

sados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Além disso, o senador quer que as regiões Norte e Nordeste recebam no mínimo 40% dos recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica.

Ao defender seu projeto, o senador observou que o Brasil aplica pouco em pesquisa científica e tecnológica, mal chegando a 0,76% do PIB, o que não repre-

senta nem a metade que aplica, por exemplo, o Canadá. Para ele, além de poucas, as verbas para pesquisa científica e tecnológica brasileira beneficiam “exageradamente” as regiões Sul e Sudeste. Ele citou dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, revelando que o Sul-Sudeste ficou, em 1997, com 78% dos gastos com bolsas e apoio à pesquisa, enquanto o Norte-Nordeste recebeu apenas 14%.

Para Ademir Andrade, lamentavelmente boa parte da extração mineral brasileira, especialmente de ferro, é exportada quase de forma bruta, o que privilegia o país importador, que investe em seu beneficiamento. As verbas que o projeto destina à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico na área mineral objetivam inverter tal situação, “para que os brasileiros exportem metais prontos, e não quase apenas minérios brutos”, afirmou.

Mauro Miranda quer maior participação dos jovens na política

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) voltou a defender uma maior participação dos jovens no debate político, afirmando que “não há como imaginar um Brasil melhor se não houver o engajamento dos jovens no processo de consolidação da democracia e de adensamento do conceito de cidadania”.

Mauro lembrou pronunciamento que fez por ocasião do Dia Internacional da Juventude, no ano passado, quando lamentou “o envelhecimento precoce” da juventude, com a adoção de idéias e comportamentos conservadores e a substituição do anseio de mudanças que caracterizava os jovens nos anos 60 “por profundo estado de apatia”.

O senador observou, no entanto, que os jovens brasileiros anseiam por um país melhor e que seus sonhos “estão alicerçados na ética e na vontade de ver vitoriosa uma sociedade fraterna e justa”. Ele fez a afirmação com base no resultado do projeto “O Brasil que Queremos”, desenvolvido por várias entidades, entre elas o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Depois de receber mais de 1.300 trabalhos apresentados por cerca de 2.500 jovens de todo o país matriculados na rede pública de ensino, o projeto produziu seu documento final, a *Carta do Adolescente*, que, segundo o senador, é a síntese do país com o qual os jovens brasileiros sonham. Mauro destacou o tópico que trata da expectativa dos jovens em relação às autoridades. Estas, segundo eles, devem “abrir conselhos, comitês, secretarias e ministérios para que os jovens, organizados, façam política”.

O senador disse que a primeira medida a ser tomada pelos jovens é substituir a apatia pela participação. “Esse será o passo decisivo para dar materialidade aos princípios que defendem, participar da política para renová-la”, enfatizou.



Mauro Miranda pediu à juventude que substitua a apatia pela participação

Saturnino: injustiça provoca arrecadação recorde

Senador diz que crescimento do recolhimento de impostos pela Receita Federal, que atingiu 30,16% do PIB no ano passado, é resultado de sistema tributário injusto, que “penaliza classe média e beneficia os mais ricos”

Ao comentar a notícia de que a arrecadação federal bateu recorde no ano passado, tendo chegado a 30,16% do PIB, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) advertiu que o governo brasileiro não pode continuar pagando “o absurdo” de 20% do PIB apenas no pagamento de juros da dívida pública:

— O governo não pode continuar gastando 20% do PIB só no pagamento de juros da dívida pública. O secretário da Receita Federal deve entender que o importante não é

apenas a eficácia da arrecadação, mas também a ética e a justiça na arrecadação. A classe média foi muito penalizada neste aumento de arrecadação — afirmou.

Depois de lembrar que prevalece no país “uma profunda distorção” no sistema tributário, que afeta a classe média e “beneficia os mais ricos”, Saturnino Braga contestou as



Saturnino: governo não pode gastar 20% do PIB só com juros

comparações feitas nos últimos dias entre a arrecadação brasileira e a dos países mais ricos — todas na faixa de 30%

do PIB. Para ele, uma coisa é arrecadar 30% de uma população com salários elevados e outra é obter o mesmo índice num país de baixa

renda *per capita*, como no Brasil. “Com certeza, isso só pode ser obtido em país pobre à custa de muita injustiça tributária.”

Roberto Saturnino reconhece o esforço de arrecadação da Receita Federal, que bateu em R\$ 293 bilhões no ano passado. No entanto, sem uma redução nos gastos com juros da dívida pública, o senador só vê um caminho para o governo: aumentar ainda mais a arrecadação, para conseguir manter a máquina públi-

ca e os investimentos estatais.

MERCADÃO

O senador apelou ao prefeito do Rio e ao governador do estado para que “dêem resposta urgente” aos problemas provocados pelo incêndio que destruiu, na noite de sábado para domingo, quase 400 lojas do Mercadão de Madureira. “A população espera do prefeito e do governador explicações para o incêndio e ações concretas para que o prédio seja reconstruído”, afirmou Roberto Saturnino.

Para Advocacia Geral, processo contra Estevão deve aguardar Justiça

A Advocacia Geral do Senado concluiu, depois de examinar a representação de partidos políticos contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que “em momento algum, o relatório da CPI indicou que o procedimento do senador, durante os trabalhos da comissão, tivesse sido incompatível com o decoro parlamentar”.

Outra conclusão foi a de que, ao contrário do que procedeu em relação a outros envolvidos, como por exemplo, o juiz Nicolau dos Santos Neto, o relatório final “não enquadrar, em momento algum, ou fez menção de enquadrar, o senador Luiz Estevão como incurso em qualquer dispositivo legal dentre aqueles citados como violados, não estabelecendo pois sua responsabilidade civil ou criminal pelos fatos apurados”.

A representação contra o senador foi apresentada pelo PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PL, quando terminaram os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no Poder Judiciário.

Na ocasião, a CPI enviou ao Ministério Público o resultado de suas investigações, para que fossem aprofundadas.

A Advocacia Geral do Senado entendeu que, se julgasse suficientes os elementos de convicção de que dispunha, a CPI teria recomendado o processo de cassação e não o aprofundamento das investigações. Os advogados também argumentam que, sem um corpo de provas suficiente para dar início a um processo legal, não se pode inaugurar qualquer procedimento de natureza punitiva, sob o temor de estar-se praticando coação ilegal e abusiva.

Assim, a Advocacia sugere que a representação deve ser encaminhada pela Mesa Diretora do Senado à Corregedoria Parlamentar, onde deverá permanecer sobrestada até decisão definitiva do Judiciário sobre o assunto. O parecer foi assinado pela advogada-geral Josefina Valle de Oliveira Pinha e pelo advogado-geral adjunto Asael Souza.

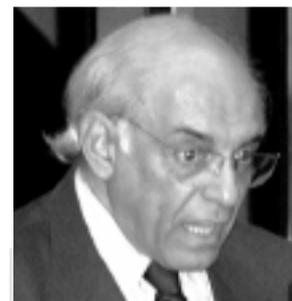
Távola afirma que acordo que criou a RedeTV está sendo descumprido

O acordo que transformou a Rede Manchete de Televisão na RedeTV está sendo descumprido, conforme disse ontem em plenário o senador Artur da Távola (sem partido-RJ). Conforme o senador, a nova empresa parou de creditar, junto com o pagamento do mês, os atrasados relativos a um ano de salário.

A situação se complicou ainda mais com o desenvolvimento de uma ação na Justiça contrária ao acordo. Pesa ainda o fato de a Câmara dos Deputados não ter votado até o momento a renovação da concessão do canal à RedeTV:

— É meu dever conclamar o governo, e em especial o Ministério das Comunicações, a intervir de forma decidida e enérgica nessa matéria de modo a preservar os usuários e os trabalhadores — disse Artur da Távola.

O senador observou que não se trata apenas de uma questão trabalhista. Se a RedeTV vier a desaparecer, a produção televisiva ficará mais concentrada em São Paulo provocan-



Távola: salários atrasados deixaram de ser pagos aos funcionários

do um desequilíbrio regional, avalia:

— Teremos mais produção de centro a esmagar as periferias — disse o senador, que lembrou as vantagens econômicas e políticas para os detentores de canais de TV.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a iniciativa de Artur da Távola e disse que o representante do Rio de Janeiro interpreta um sentimento de todo o Senado.

Suplicy diz que Embratel foi arbitrária ao interromper transmissão da TV Cultura

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de informações ao ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, sobre a disposição da Embratel de cortar o sinal de transmissão à TV Cultura (RTC) alegando falta de pagamento. “A Embratel é uma concessionária em regime público. Sua atitude de suspender a prestação de serviços foi arbitrária”, afirmou.

Suplicy indagou que providências o ministério e a Anatel tomaram para coibir a Embratel de bloquear o sinal da TV Cultura, como fez nos dias 17 e 29 de dezembro. “Que meios tem a Anatel para con-



Suplicy: requerimento pedindo informações ao Ministério das Comunicações

ter abusos que possam ser cometidos pela Embratel, face a seu poder monopolista de transmissão dos sinais de longa distância no Brasil?”, perguntou.

Segundo Suplicy, a RTC reconhece a dívida de R\$ 5,8 milhões que tem com a empresa mas, até agora, somente pôde honrar parte dela — R\$ 3 milhões — com a ajuda do governo paulista. “Mas a empresa já recebeu promessa do governo federal de auxiliar no pagamento do principal da dívida a partir do mês de janeiro”, garantiu.

O senador por São Paulo argumentou que os cortes abruptos nos sinais podem causar dano ir-

reparável nos equipamentos da RTC. “A emissora presta serviços de alta qualidade e está à frente de rede pública de televisão, sendo transmissora da TV Educativa para vários estados da Federação. As informações que solicito ao ministério e à Anatel são importantes para evitar que arbítrios dessa ordem se repitam”, explicou.

CHILE

Ao finalizar seu pronunciamento, Suplicy saudou a vitória do candidato socialista, Ricardo Lagos, nas eleições presidenciais do Chile. “Os ventos saudáveis da democracia sopram no Chile, e serão importantes para o resto da América Latina. Os senadores He-loísa Helena (PT-AL), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Roberto Saturnino (PSB-RJ) se associaram à saudação.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Especial Unip* — Assunto: Olho da criança
6h30 — *Debate* — O senador Tião Viana e o Dr. Cleudson Nery de Castro, do Núcleo de Medicina Tropical da UnB, falam sobre a febre amarela
7h30 — *Entrevista* — O senador Jonas Pinheiro fala sobre o Código Florestal
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Episódio: Caminhos da Riqueza
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Folclore do Maranhão
9h30 — *Entrevista* — O senador Tião Viana fala sobre a luta contra a Aids
9h55 — *Senado em Pauta*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador Jonas Pinheiro fala sobre o Código Florestal
12h55 — *Senado em Pauta*
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Alagoas
13h30 — *Debate* — O senador Tião Viana e o Dr. Cleudson Nery de Castro, do Núcleo de Medicina Tropical da UnB, falam sobre a febre amarela
14h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (ao vivo)
Logo após, Comissão de Relações Exteriores
20h30 — *Entrevista* — O senador Jonas Pinheiro fala sobre o Código Florestal
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Debate* — O senador Tião Viana e o Dr. Cleudson Nery de Castro, do Núcleo de Medicina Tropical da UnB, falam sobre a febre amarela
22h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (reapresentação)

Jefferson quer recursos do BNDES para regiões pobres

Senador pretende definir em lei percentual de recursos destinados pelo banco oficial ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste

A partir de pronunciamento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) – que cobrou mudanças na política do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com vistas a corrigir as desigualdades regionais e apoiar as atividades das micro e pequenas empresas –, diversos parlamentares ressaltaram ontem a necessidade de ação do Senado para que o banco redefina seu papel. Manifestaram-se nesse sentido Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Heloísa Helena (PT-AL), Ademir Andrade (PSB-PA), José Alencar (PMDB-MG) e Arlindo Porto (PTB-MG).

Não faz sentido, segundo Jefferson Péres, que o BNDES continue financiando a compra de empresas estatais brasileiras por grupos estrangeiros, inclusive estatais, ou que invista recursos dos trabalhadores em grandes empresas. O senador estranhou que no ano passado o banco tenha investido metade do bilhão de dólares proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em grandes empresas como Em-



Jefferson critica financiamentos a grupos estrangeiros para a compra de empresas estatais

bratel, Peugeot e Nestlé, destinando apenas a outra metade a pequenos empreendimentos.

Lembrando que re-apresentou projeto de autoria do ex-senador Beni Veras que destina percentual dos recursos do BNDES às regiões Norte e Nordeste – o qual se encontra tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) –, Jefferson disse que um dos argumentos do BNDES para não financiar as pequenas empresas é que elas não apresentam bons projetos. Por isso, o senador propõe que, por meio de departamento próprio ou em convênio com entidades como Sebrae, Senai ou Senac, o banco viabilize assistência a essas empresas.

O senador Mozarildo Cavalcanti afirmou que a postura elitista do BNDES e de outros órgãos governamentais constitui maneira cômoda de evitar o cumprimento da determinação constitucional de combater as desigualdades regionais. Mozarildo ressaltou que as bancadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste constituem maioria no

Senado e devem cobrar do governo uma mudança de atitude.

Para Heloísa Helena, o BNDES comete “atrocidade” ao financiar com recursos públicos a compra de empresas brasileiras por grupos estrangeiros. Afirmando que as ações sociais dos estados brasileiros estão sendo financiadas pelo Banco Mundial, Heloísa expressou a esperança de que os parlamentares consigam “fazer com que o banco possa realmente servir à nação brasileira”.

Este é, conforme o senador Ademir Andrade, o momento adequado para que os senadores tentem produzir mudanças na política do BNDES. Ele destacou que projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) impede o uso de dinheiro público para financiar a compra de estatais.

Para o senador José Alencar, o governo federal deve instituir organismos oficiais que elaborem gratuitamente projetos para que os pequenos empreendimentos possam ter acesso aos financiamentos do BNDES. O senador Arlindo Porto disse que o relatório do banco mostra que os investimentos estão sendo feitos nas grandes empresas e que os recursos dos trabalhadores estão sendo utilizados para financiar a privatização, quando deveriam propiciar a criação de empregos.

Mozarildo alerta para cobiça sobre a Amazônia

Ao constatar que a cada dia que passa aumenta a cobiça internacional pela Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que o país não pode aceitar uma soberania relativa sobre a área, nem permitir que os países mais ricos do mundo se aposses das riquezas brasileiras. Ele acrescentou que o Brasil não pode con-



Mozarildo Cavalcanti não aceita soberania relativa do Brasil sobre a área

tinuar assistindo impassível à exploração dos seus minérios, madeira, flora e fauna por empresas estrangeiras.

– É uma vergonha que se continue oferecendo abatimentos de nossa dívida externa em troca de cessão de nossa soberania na área. Não é possível acreditar que o interesse seja apenas na preservação do chamado “pulmão do mundo”, quando o que se vê é a exploração de nossas riquezas, especialmente de nossa flora, que há anos alimenta laboratórios internacionais, sem que o Brasil receba sequer um centavo por essa exploração clandestina – protestou Mozarildo Cavalcanti.

Segundo o senador, há anos governantes de diversos países desenvolvidos vêm pregando uma soberania limitada do Brasil sobre a Amazônia. Na sua opinião, esta solução só traria

desserviço ao país, atingindo populações locais e interferindo nas riquezas da região. Mozarildo defendeu o estabelecimento de uma agenda positiva de ações, contendo uma proposta de desenvolvimento e ocupação da região, sem que para isso seja preciso abrir mão da soberania brasileira.

Mozarildo registrou que os Estados Unidos estão propondo o abatimento de

US\$ 650 milhões da dívida externa brasileira por investimentos no meio ambiente, que seriam destinados ao Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7). O problema, observou, é que os EUA não admitem a autonomia brasileira na administração do dinheiro, o que, segundo o senador, é um “afrontoso acinte a nossa soberania”.

Ainda defendendo a autonomia brasileira sobre a Amazônia, Mozarildo lembrou que, na década de 80, publicações como *Amazônia Saqueada*, de Edmar Morel, já advertiam o poder público para a cobiça internacional em relação à região. Ele disse ainda que desde o século XVII, quando o Norte do país não era ocupado pelos brasileiros, espoliadores internacionais já tinham interesse na área, sobretudo em suas riquezas.

Tebet elogia taxas fixas de juros para financiamentos de fundos constitucionais

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou ontem o governo pela edição, no último dia 13, da Medida Provisória 1.988, que facilitou a concessão de empréstimos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Na opinião do senador, o estabelecimento de taxas de juros fixas – entre 9% e 16% ao ano – dará segurança aos produtores e empresários para investir nessas regiões.

– Valeu a pena travarmos o bom combate – disse Tebet, lembrando a luta dos parlamentares das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para flexibilizar as regras dos fundos constitucionais.

O senador explicou que os juros altos estipulados nas regras dos fundos estavam não só dificultando a tomada de novos empréstimos, mas igualmente impedindo o pagamento dos empréstimos antigos. Desse modo, os fundos, criados em 1988, não estavam cumprindo a sua função de contribuir para a diminuição das desigualdades regionais por

meio do aumento dos investimentos.

Além dos juros fixos – cada faixa de acordo com a capacidade do tomador dos recursos –, a MP trouxe outras novidades. Uma delas é que os empréstimos em atraso poderão ser renegociados nos mesmos patamares de juros dos novos créditos. Outra é que os devedores adimplentes serão beneficiados com um bônus de

até 30% conforme a região e o histórico do devedor.

– Esta é uma vitória da classe política, uma vitória de quem veio do interior – disse Tebet, que mencionou o papel importante na definição das novas regras do ministro da Integração Regional, senador Fernando Be-



Ramez Tebet prevê que empresários terão mais segurança para investir

zerra (PMDB-RN).

Em aparte, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) observou que demonstrou-se “respeito pela moeda brasileira”, por causa das taxas de juros fixas.

– Agora os empresários terão possibilidade de programar seus investimentos – disse Agnelo.

Na mesma linha, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse que

é a primeira vez que o governo retira a correção monetária de créditos concedidos por bancos oficiais, numa demonstração de que acredita no fim da inflação. O senador Alberto Silva (PMDB-PI) também apartou Tebet para dizer que um dos grandes méritos da MP foi o de desburocratizar a liberação dos recursos.

Eduardo Siqueira Campos cobra investimentos da União

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cobrou ontem da União investimentos no valor de R\$ 1 bilhão que deveriam ter sido aplicados no Tocantins em programas e projetos, desde que o estado foi criado, há mais de dez anos. Segundo o senador, o Tocantins não tem dívida mobiliária com a União e, ao contrário, é credor em R\$ 10 bilhões. “A União deve ao Tocantins e, apesar



Eduardo Siqueira Campos ressaltou que o Tocantins é credor do governo federal

disso, somos o único estado da Federação que ainda não tem uma universidade federal. Isso é uma mesquinha discriminação contra o Tocantins”, afirmou.

Eduardo acredita que o Tocantins pode ser uma alternativa para problemas como o crescimento desordenado e a favelização das grandes cidades. O senador reconheceu que o estado tem, ao lado do Piauí, uma das menores rendas *per capita* do país, mas destacou o fato

de que, em vez de meninos de rua, o Tocantins exibe programas reconhecidos internacionalmente como o Programa de Renda Mínima, o Pioneiros Mirins e o Amigo do Meio Ambiente, onde aprendem a fazer mudas de plantas naturais da região e plantá-las nos jardins da capital, Palmas.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em aparte, viu no pronunciamento coincidências no tratamento que a União dispensa ao Tocantins e a outros estados mais necessitados. Tebet lembrou que, quando da criação de Mato Grosso do Sul, foi aprovada uma lei que obrigava a União a aplicar recursos por dez anos no estado, o que não vem sendo cumprido. O senador lembrou ainda que o seu estado contraiu dívidas para pavimentar estradas federais e que, como o Tocantins, não tem banco estadual.